



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

Notícias da União Europeia

12 de junho a 14 de julho de 2017

Notícias das instituições da União Europeia – Conselho da União Europeia/Conselho Europeu, Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Comité Económico e Social Europeu- selecionadas, essencialmente, a partir dos respetivos comunicados de imprensa e agrupadas nos seguintes capítulos:

- ✓ **ECONOMIA**
- ✓ **ENERGIA E CLIMA**
- ✓ **MERCADO INTERNO**
- ✓ **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Conselho Europeu, 22-23/06/2017 – Principais resultados

- **Acordo de Paris sobre as alterações climáticas** – Os chefes de Estado ou de Governo [reafirmaram](#) o **compromisso da UE** de aplicar rápida e integralmente o **Acordo de Paris** sobre as alterações climáticas, incluindo os objetivos de financiamento da luta contra as alterações climáticas, e de liderar a transição mundial para as energias limpas. Salientaram também a **cooperação reforçada da UE** com parceiros internacionais, demonstrando solidariedade com as gerações futuras e responsabilidade para como todo o planeta.
- **Brexit** - O Conselho Europeu, reunido a 27, analisou os últimos acontecimentos das negociações na sequência da notificação efetuada pelo **Reino Unido** nos termos do artigo 50.º do TUE. À margem dessa reunião, os dirigentes da UE27 [aprovaram o procedimento de realocização das agências da UE atualmente sediadas no Reino Unido](#).
- **Comércio Internacional** – Os dirigentes reafirmaram o seu empenho num **sistema comercial multilateral livre**, que seja **justo** e apresente benefícios mútuos. O Conselho Europeu apelou a que as instituições cheguem rapidamente a acordo sobre a reforma dos **instrumentos de defesa comercial**, tornando-os compatíveis com as regras da OMC.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Conselho (Assuntos Gerais), 20/06/2017 – Principais destaques

- **Avaliação intercalar do quadro orçamental da UE para 2014-2020** – O Conselho adotou uma [versão revista do quadro orçamental da UE para 2014-2020](#) para dar respostas a novas prioridades. O quadro dedica **mais recursos para ajudar a estimular o emprego e o crescimento e para fazer face à crise migratória**. Reforça também a capacidade de reação da EU a acontecimentos inesperados.

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@
cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail:
cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site <http://www.cip.org.pt>



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

- **Programa do Conselho para os próximos 18 meses** – O Conselho aprovou o seu [programa de trabalho para os próximos 18 meses, de 1 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2018](#). Durante este período, as presidências rotativas semestrais do Conselho serão asseguradas sucessivamente por Estónia, Bulgária e Áustria.

Para mais informações, consulte a [página da reunião](#).

ECONOMIA

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros), 11/07/2017 - Principais destaques

- [Acordo sobre um plano de ação](#) para fazer face ao problema dos créditos não produtivos (“non-performing loans” – NPL) no setor bancário;
- Adoção de [conclusões](#) sobre a revisão intercalar do plano de ação da EU para a união dos mercados de capitais;
- Debate sobre as prioridades da Presidência estónia em matéria económica e financeira.

Para mais informações, consulte a [página da reunião](#) do Conselho.

Eurogrupo, 10/07/2017 - Principais destaques

- Debate sobre os quadros nacionais em matéria de insolvência, centrando-se no papel desempenhado pelas práticas nacionais de supervisão relacionadas com créditos não produtivos;
- Debate sobre a orientação orçamental para a área do euro, tendo sido consensual a ideia de que uma orientação orçamental neutra seria adequada para a área do euro no seu conjunto em 2018;
- Debate sobre o aprofundamento da UEM, com base o [documento de reflexão](#) que a Comissão Europeia publicou em 31 de maio de 2017.

Para mais informações, consulte a [página da reunião](#) do Eurogrupo.

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros), 16/06/2017 – Principais destaques

- **Procedimentos de défice excessivo** – O Conselho encerrou os procedimentos por défice excessivo a [Portugal](#) e à Croácia, graças à descida dos défices destes países para valores inferiores a 3% do PIB (valor de referência da UE). O **defícite do setor público português** foi de 2% do PIB em 2016, sendo que as previsões económicas da Comissão (primavera 2017) preveem que este valor seja de 1.8% do PIB em 2017 e 1.9% do PIB em 2018, mantendo-se, portanto abaixo do limiar dos 3%.
- **Políticas económicas e orçamentais (recomendações específicas por país)** – O Conselho aprovou os seus projetos de recomendações e pareceres para 2017 sobre as políticas económicas e orçamentais dos Estados-Membros. Estes projetos serão agora enviados ao Conselho Europeu, que os deverá adotar formalmente a 11 de julho. Saiba mais no [comunicado de imprensa](#) do Econfin e consulte as [recomendações específicas sobre Portugal](#).

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



Eurogrupo, 15/06/2017 – Principais destaques

- **Grécia** – O Eurogrupo concluiu o debate sobre a segunda revisão, atualmente em curso, do programa de ajustamento macroeconómico da Grécia, financiado pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade. Reafirmou ainda a sua abordagem à sustentabilidade da dívida pública da Grécia, acordada em maio de 2016, e deu mais detalhes sobre as [medidas de dívida a médio prazo](#) que poderão beneficiar a Grécia.
- **Avaliação da área do euro realizada ao abrigo do Artigo IV do FMI** – A Diretora do FMI informou o Eurogrupo acerca da avaliação realizada pelo Fundo sobre as perspetivas económicas, riscos e desafios de política para a área do euro. A avaliação foi efetuada no âmbito da consulta anual do FMI a título do Artigo IV. O FMI confirmou que a recuperação económica na área do euro está a ganhar força e a generalizar-se ao conjunto de todos os Estados-Membros. O FMI recomendou que a área do euro tire partido das atuais condições de financiamento favoráveis e continue a centrar-se em políticas orçamentais sólidas e em reformas estruturais e do setor financeiro. Deve também procurar concluir-se a União Económica e Monetária. O Artigo IV do Acordo relativo ao FMI constitui a base para a supervisão exercida pelo FMI das políticas económicas dos seus países e das zonas monetárias, como a área do euro.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Comissão Europeia e Banco Central Europeu - 6ª Missão Pós-Programa de Supervisão a Portugal

A Comissão Europeia e o BCE concluíram que, em comparação aos dados obtidos durante a visita anterior, a situação económica e financeira de Portugal melhorou no curto-prazo. Numa vista geral, o ajuste económico em Portugal, construído na base do programa de ajuste macroeconómico, é louvável. No futuro, será necessário manter esta tendência de crescimento. Neste sentido, são essenciais mais reformas ambiciosas, que incentivem o crescimento, bem como uma consolidação fiscal robusta, de forma a melhorar a resistência da economia portuguesa a choques e a melhorar as perspetivas de crescimento a médio-prazo. Para mais informações, consulte a [declaração completa](#) emitida pela Comissão Europeia e pelo BCE sobre a visita a Portugal entre 26 de junho e 4 de julho de 2017.

Comissão lança debate sobre o futuro das finanças da UE

Os europeus esperam mais da sua União. Numa altura em que a UE está a fazer mais do que nunca para proteger, capacitar e defender os seus cidadãos, os recursos continuam a ser escassos. Enquanto a Europa decide sobre o seu futuro, a UE precisa de um orçamento à sua medida, que ponha cada euro ao serviço dos seus cidadãos. Publicado em 28 de junho, o documento de reflexão da Comissão sobre o futuro das finanças da UE pondera as diferentes opções para proceder à sua concretização. As questões suscitadas no quinto e último documento desta série são fulcrais para o debate iniciado em 1 de março, com o Livro Branco da Comissão sobre o Futuro da Europa. O documento de reflexão traça as possíveis implicações orçamentais das opções que fizermos. Para mais informação, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



Comissão lança nova categoria pan-europeia de pensões individuais para ajudar os consumidores a poupar para a reforma

Graças aos planos da Comissão de criação de uma nova categoria de produtos de pensão, os consumidores europeus passarão em breve a dispor de mais opções de poupança-reforma. A nova proposta dotará os prestadores de serviços de pensões de instrumentos capazes de fornecer Produtos Individuais de Reforma Pan-Europeus (PIRPE) simples e inovadores. Este novo tipo de produto voluntário de pensão individual é concebido para proporcionar aos aforradores um leque maior de escolhas em termos de poupança para a velhice e para lhes oferecer produtos mais competitivos. Os novos produtos terão as mesmas características de base em todo o território da UE e poderão ser fornecidos por uma vasta gama de prestadores de pensões, incluindo companhias de seguros, bancos, fundos de pensões profissionais, empresas de investimento e gestores de ativos. Servirão de complemento aos atuais planos de pensões profissionais e individuais do Estado a nível nacional, sem todavia substituir nem harmonizar os regimes nacionais de pensões individuais. A fim de garantir um lançamento auspicioso dos PIRPE, a Comissão recomenda igualmente que os Estados-Membros concedam a este novo pacote de produtos o mesmo tratamento fiscal aplicável aos produtos nacionais análogos já existentes. Para mais informação, consulte o [comunicado de imprensa](#) e [Ficha de informação](#) da Comissão Europeia.

Entrada em vigor de regras da UE mais rigorosas para combater o branqueamento de capitais, a elisão fiscal e o financiamento do terrorismo

Em 26 de junho entrou em vigor a quarta Diretiva Branqueamento de Capitais, que reforça as regras existentes e tornará a luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo mais eficaz. Aumentará igualmente a transparência, de modo a prevenir a elisão fiscal. No momento em que entra em vigor, estão já em fase avançada discussões com o Parlamento Europeu e o Conselho sobre medidas adicionais de reforço da diretiva. A Comissão publicou no mesmo dia um relatório que ajudará as autoridades dos Estados-Membros a melhor combater, na prática, os riscos de branqueamento de capitais. Como previsto na nova diretiva, a Comissão avaliou os riscos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo de diferentes setores e produtos financeiros. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Novas normas para facilitar os processos de insolvência transfronteiras

Entraram em vigor em 26 de junho, em toda a União Europeia, as novas normas em matéria de processos de insolvência transfronteiras, propostas pela Comissão em 2012 e aprovadas pelos legisladores da UE em 2015. As novas normas visam facilitar a cobrança de dívidas em processos de insolvência transfronteiras. Tornarão mais fácil a reestruturação das empresas e a recuperação das dívidas pelos credores, ao assegurarem que os processos coletivos de cobrança de dívidas transfronteiras serão mais eficazes e eficientes. O novo regulamento incide sobre a resolução de conflitos de competência jurisdicional e de leis nos processos de insolvência transfronteiras. Garante igualmente o reconhecimento

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@
cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail:
cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



em toda a UE das sentenças relativas a insolvências. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Eurodeputados apelam a uma melhor distribuição geográfica do Plano Juncker

O Parlamento Europeu aprovou, no dia 15 de junho, um relatório sobre a aplicação do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), conhecido como Plano Juncker. O PE faz um balanço da execução do Fundo e enumera os pontos a melhorar na revisão em curso. A distribuição geográfica, os projetos apoiados através do FEIE, a complementaridade com outras fontes de financiamento da UE e a sensibilização para o Fundo são alguns dos temas abordados no [relatório](#), aprovado em plenário por 477 votos a favor, 105 contra e 35 abstenções. O eurodeputado José Manuel Fernandes é o relator da comissão parlamentar dos Orçamentos sobre a implementação do Plano Juncker, integrando a equipa que está atualmente a negociar com o Conselho da UE a proposta legislativa que estende o FEIE até 2020. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) do Parlamento Europeu.

Plano Juncker apoia expansão da distribuição de gás em Portugal.

Através do Fundo Europeu para os Investimentos Estratégicos, o Plano Juncker apoiou um acordo de financiamento com a Sonorgás, um operador de uma rede de distribuição e fornecimento de gás natural. Este acordo permitirá à Sonergás expandir a sua rede de distribuição para novas áreas localizadas no norte de Portugal, melhorar a segurança do fornecimento de energia e contribuir para o emprego e crescimento na região. Para mais informações consulte a [página da imprensa](#) da Comissão Europeia de 30 de junho.

Política de coesão da UE investe na modernização industrial da região do Alentejo

23,5 milhões de EUR provenientes do [Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional \(FEDER\)](#) serão investidos na modernização das instalações de produção do fabricante de aviação Embraer Portugal, estabelecido na cidade de Évora, na região do Alentejo. Este investimento reforçará a capacidade de inovação da empresa, permitindo-lhe produzir componentes metálicos para a próxima geração de aviões Embraer, mais eficientes em termos de recursos. 100 % da produção desta unidade será exportada. Mais informações sobre o Fundo Estrutural e de Investimento Europeu em Portugal podem ser consultadas [aqui](#) e na [plataforma de dados sobre a política de coesão](#). Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da DG Política Regional.

Aquisição do Novo Banco pelos Fundos Lone Star analisada pela Comissão Europeia

A Comissão Europeia aprovou no âmbito do Regulamento das Fusões a aquisição planeada do Novo Banco S.A. de Portugal pelos Fundos Lone Star dos Estados Unidos da América, porque estas entidades não têm atividades que se sobrepõem no mercado bancário em Portugal. A venda do Novo Banco irá ainda requerer uma outra aprovação da Comissão no âmbito das regras de auxílios de Estado. Para mais informação, consulta o [comunicado de imprensa diário](#) de 10 de julho da Comissão Europeia.

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@
cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail:
cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



UE canaliza apoio adicional para Portugal para ajudar o país a combater os incêndios florestais

Portugal ativou, no dia 18 de junho, o [Mecanismo de Proteção Civil da UE](#), solicitando aeronaves de combate a incêndios. Acaba também de pedir que lhe sejam enviados bombeiros. A Comissão Europeia, através do seu [Centro de Coordenação de Resposta de Emergência 24/7 \(CCRE\)](#), tem estado em contacto permanente com os Estados-Membros, a fim de canalizar a ajuda via o Mecanismo de Proteção Civil da UE. O agente de ligação do CCRE, que já está no país, irá ajudar a coordenar as ofertas de assistência. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Informação bibliográfica

- [Relatório](#) sobre simplificação do acesso aos fundos da União Europeia pós-2020, 11 de julho, [Grupo de Alto Nível para a Simplificação](#) estabelecido pela Comissão Europeia;
- [Estudo](#) sobre as tendências de tributação fiscal, 11 de julho, Comissão Europeia (incl ficha [Portugal](#))

ENERGIA E CLIMA

Conselho (Ambiente), 19/06/2017 – Principais destaques

- **Setores não abrangidos pelo RCLE** – O Conselho realizou um debate sobre duas propostas que visam reduzir as emissões em setores não abrangidos pelo regime de comércio de licenças de emissão: o regulamento “partilha de esforços” e o regulamento sobre **uso do solo, alteração do uso do solo e florestas (LULUCF)**. Os ministros avaliaram os progressos realizados até à data e exprimiram as suas opiniões sobre as principais questões pendentes das propostas, centrando-se na introdução de uma **nova reserva de segurança** no regulamento relativo à partilha de esforços e na **fixação de níveis de referência florestais** no regulamento LULUCF. Os setores não abrangidos pelo RCLE são parte integrante dos instrumentos de que a UE dispõe para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e cumprir os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Clima: Parlamento Europeu aprova metas para redução das emissões na UE

Os eurodeputados votaram no dia 14 de junho uma proposta legislativa que visa implementar os compromissos decorrentes do Acordo de Paris sobre o combate às alterações climáticas. A proposta de regulamento estabelece metas vinculativas para a redução das emissões de gases com efeito de estufa pelos Estados-Membros, englobando os setores não abrangidos pelo regime de comércio de licenças de emissão da UE (RCLE-UE), como os transportes, os resíduos, os edifícios e a agricultura. Estes setores representam cerca de 60% das emissões de gases com efeito de estufa da União. Os [objetivos nacionais de redução das emissões](#) foram fixados sobretudo com base no PIB per capita, com vista a garantir a equidade, variando entre 0% na Bulgária e -40% no Luxemburgo e na Suécia. Em relação a Portugal, o objetivo de redução foi fixado em -17% em 2030, em comparação com 2005. De acordo com a proposta

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



da Comissão, 2020 seria o ponto de partida da trajetória de redução das emissões para o período de 2021-2030. O Parlamento Europeu defende que devem ser criados incentivos para que os países da UE reduzam as emissões logo desde o início do período, propondo, por isso, que o ponto de partida seja 2018. O PE propõe medidas para recompensar ações precoces (empreendidas antes de 2020) pelos Estados-Membros cujo PIB per capita seja inferior à média da UE, permitindo-lhes uma maior flexibilidade na parte mais avançada do processo. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) do Parlamento Europeu.

MERCADO INTERNO

Pacote de infrações da Comissão Europeia de Julho 2017 – referências a Portugal

A Comissão Europeia considerou Portugal como objeto de infração na transposição das seguintes diretivas:

- relativa à troca automática de decisões fiscais entre as autoridades fiscais da União Europeia – Diretiva 2015/2376;
- sobre as ações de indemnização no domínio antitrust - Diretiva 2014/104/UE;
- relativa aos Resíduos radioativos – Diretiva 2011/70/Euratom.

Para mais informação, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia relativo aos processos de infração de julho.

A Comissão Europeia enviou cartas de notificação formais a Portugal referentes a:

- Imposição de requisitos adicionais relativamente aos equipamentos de pressão que têm já a marca CE – Diretiva 2014/68/UE;
- Adjudicação de um contrato de concessão para gerir e explorar a Zona Livre da Madeira – Diretiva 2014/23/UE;
- Transposição e implementação da Diretiva sobre o intercâmbio de informações sobre infrações às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária – Diretiva 2014/413/UE;

Para mais informação, consulte o [2º comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Conselho Transportes, Telecomunicações e Energia, 26/06/2017 – Principais resultados

- Adoção de regulamento sobre [Etiquetagem da eficiência energética](#), que permite que os clientes estejam mais sensibilizados para a eficiência energética e o consumo de energia dos aparelhos domésticos, ajudando-os assim a reduzir os custos energéticos e a contribuir para a moderação da procura de energia;
- Definição da posição do Conselho sobre a [Eficiência Energética](#) - em que se estabelece um objetivo de eficiência energética a nível da UE de 30 % e uma obrigação de economia de energia de 1,5 %, que diminuirá para 1 % no período 2026-2030 e sobre o [Desempenho energético dos edifícios](#) -

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



que tem como objetivo promover a eficiência energética nos edifícios e apoiar a renovação rentável de edifícios, tendo em vista o objetivo a longo prazo de descarbonização do parque imobiliário europeu, que é atualmente muito ineficiente;

- Apresentação de relatório sobre os [dossiês legislativos do pacote “Energias Limpas”](#), em particular sobre o mercado interno da eletricidade, a governação e a energia proveniente de fontes renováveis. A pedido de Portugal e Espanha, os ministros discutiram o [estado da situação das interconexões de energia](#);
- Adoção de [Conclusões sobre o Crescimento Azul](#).

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Comissão promove transparência nas empresas sobre assuntos sociais e ambientais

A Comissão adotou, em 26 de junho, orientações sobre a divulgação de informação social e ambiental. Estas orientações ajudarão as empresas a divulgar informação não-financeira relevante de um modo mais consistente e comparável. O objetivo é promover a transparência e o desempenho das empresas, assim como encorajá-las a adotar uma abordagem mais sustentável. Uma divulgação de informação não financeira apropriada é também um elemento essencial para permitir uma situação financeira sustentável, correspondendo ao objetivo da Comissão no âmbito da União dos Mercados de Capitais. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [Ficha de informação](#) da Comissão Europeia.

Inovação da UE: os progressos são visíveis mais é necessário torná-los mais homogêneos

O desempenho da UE em matéria de inovação no ano passado continuou a melhorar, não obstante os progressos observados de modo desigual em toda a Europa. Esta foi uma das principais conclusões do último [Painel da Inovação](#), publicado no dia 20 de junho pela Comissão Europeia. Regra geral, o desempenho da inovação melhorou em 15 países, embora com grandes diferenças entre eles. A Suécia continua a ser líder da inovação, enquanto a Lituânia, Malta, os Países Baixos, a Áustria e o Reino Unido apresentam o crescimento mais rápido da inovação. O Painel define [Portugal](#) como um país de **inovação moderada**, cuja performance de inovação baixou 2,4% relativamente à média europeia de 2010. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia.

Oceano Atlântico: UE promove cooperação científica com o Brasil e a África do Sul

Em 13 de julho, a União Europeia e os seus parceiros, Brasil e África do Sul comprometeram-se a trabalhar em conjunto para melhor compreender os ecossistemas marinhos, os seus recursos e o impacto no clima. Foi assinado em Lisboa, na Torre de Belém, a [Declaração de Belém](#) (versão em [português](#)) sobre cooperação de investigação e inovação atlântica. Consulte a [notícia](#) da Comissão Europeia e o [discurso](#) do Comissário Carlos Moedas proferido nesta cerimónia.

União da Segurança: Comissão acelera medidas destinadas a combater a radicalização e as ciberameaças

Os recentes ataques demonstraram mais uma vez a necessidade de intensificar os esforços conjuntos a nível da UE para combater eficazmente o terrorismo, o ódio e o extremismo violento. Neste contexto, a

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



Comissão preconizou em 29 de junho medidas a tomar a nível da UE para combater a radicalização, o terrorismo, o crime e o seu financiamento, e para enfrentar as ciberameaças, além de apresentar relatórios sobre os próximos passos a dar no sentido da interoperabilidade dos sistemas de informação. Tal como anunciado na revisão intercalar do Mercado Único Digital, a Comissão está a acelerar o seu trabalho para colmatar as lacunas do atual quadro em matéria de cibersegurança. Deve ser tomado um conjunto de medidas a curto prazo e operacionais, que farão parte de uma revisão mais alargada da Estratégia para a Cibersegurança de 2013 a ter lugar em setembro, no sentido de reforçar a nossa capacidade de resposta às crescentes ciberameaças. Para mais informação, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Anti-trust: Comissão multa a Google em 2,42 mil milhões de euros por abuso de posição dominante

A Comissão Europeia multou, em 27 de junho, a Google em 2,42 mil milhões de euros por violação das regras anti-trust da UE. A Google abusou da sua posição dominante no mercado de motor de busca, conferindo uma vantagem ilegal a outro produto Google, o seu próprio serviço de comparação de preços. A Google tem de pôr termo a esta prática no prazo de 90 dias ou incorre em sanções pecuniárias que podem ir até 5% do volume de negócios médio diário a nível mundial da Alphabet, a empresa-mãe da Google. Para mais informação, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Investimentos nos transportes da UE: Comissão propõe 2,7 mil milhões de euros para 152 projetos

A Comissão Europeia apresentou no dia 23 de junho uma [proposta para investir 2,7 mil milhões de euros em 152 projetos-chave no domínio dos transportes](#), em apoio de uma mobilidade competitiva, limpa e interligada na Europa. Os projetos selecionados contribuirão para modernizar as linhas ferroviárias, eliminar estrangulamentos e melhorar as ligações transfronteiriças, instalar pontos de abastecimento de combustível alternativos e aplicar soluções inovadoras de gestão do tráfego. O investimento tem lugar ao abrigo do [Mecanismo Interligar a Europa](#), a estrutura financeira da UE que apoia as redes de infraestruturas e permitirá libertar um montante de 4,7 mil milhões de euros de cofinanciamento público e privado. Este investimento não só modernizará a rede de transportes europeia, mas também virá estimular a atividade económica e promover a criação de emprego. No ano corrente, do total de 2,7 mil milhões de euros, a Comissão afetou 1,8 mil milhões de euros aos 15 Estados-Membros elegíveis para apoio ao abrigo do Fundo de Coesão, a fim de continuar a colmatar as disparidades existentes em termos de infraestruturas. No caso de [Portugal](#), foram selecionados 8 projetos. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia.

Informação bibliográfica

- [Relatório](#) anual sobre o Controlo da Aplicação do Direito da UE em 2016 e [Painel de Avaliação do Mercado Único](#), Comissão Europeia ([Ficha Portugal](#)), 6 de julho. Consulte o [comunicado de imprensa](#).

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



28ª Ronda de Negociações entre a UE e o Mercosul

Decorreu em Bruxelas, de 3 a 7 de julho, a 28ª ronda de negociações para estabelecimento de um Acordo de Comércio Livre entre a UE e o Mercosul. As negociações abrangeram um vasto número de tópicos, incluindo o comércio de bens, regras de origem, barreiras técnicas ao comércio, regras sanitárias e fitossanitárias, instrumentos de defesa comercial, entre outros. Ambos os lados mostraram-se comprometidos a avançar rapidamente para a conclusão destas negociações, tendo ficado agendada para 2 a 6 de outubro a próxima ronda negocial, que decorrerá em Brasília. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da DG Trade.

Parlamento Europeu apela a reforço das regras anti-dumping para melhor defesa da indústria Europeia

A Comissão de Comércio Internacional (INTA) do Parlamento Europeu votou favoravelmente, no dia 20 de junho, a aprovação de emendas à [proposta sobre a metodologia anti-dumping](#) que a Comissão Europeia apresentou na sequência da controvérsia sobre o estatuto de economia de mercado da China. Estas emendas (Relatório Cicu) focam-se em três aspetos essenciais:

- Defesa comercial que assegure condições equitativas às empresas europeias;
- Conformidade com os padrões fiscais, laborais e ambientais internacionais;
- As empresas europeias não podem ser responsáveis pelo ónus da prova.

A BusinessEurope [elogiou](#) a posição tomada por esta comissão parlamentar, reforçando a importância destas medidas para que a indústria europeia se possa manter competitiva face a países terceiros.

Não tendo havido qualquer objeção durante a [sessão plenária de 5 de julho](#) do Parlamento Europeu ao relatório da Comissão INTA, o Parlamento Europeu irá iniciar, em 12 de julho, o diálogo com os Governos nacionais sobre a nova metodologia de aplicação das regras anti-dumping da União Europeia.

Cimeira UE-Japão, 06/07/2017 – Principais destaques

- **Acordo de Parceria Económica** – Os líderes da UE e do Japão chegaram a [um acordo de princípio sobre o Acordo de Parceria Económica](#). Este acordo contribuirá para **impulsionar o comércio e a parceria económica entre a UE e o Japão**, na medida em que trata de questões relacionadas com:
 - O **acesso ao mercado** de bens (incl. automóveis e produtos lácteos), serviços e investimento;
 - A **contratação pública**, incluindo os caminhos de ferro;
 - **As medidas não pautais**;
 - A proteção das **indicações geográficas**;
 - Os **direitos de propriedade intelectual**.

O Acordo de Parceria Económica UE-Japão constituirá a base para promover um **comércio livre entre duas das mais importantes economias mundiais**, e rejeita qualquer forma de protecionismo. Além disso, reforça o compromisso entre a UE e o Japão de cooperarem de forma ainda mais estreita para

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



o estabelecimento de novas normas internacionais no futuro. As equipas de negociação das duas partes **finalizarão o acordo**, para que os procedimentos internos possam ter início em breve, tanto na UE como no Japão. Para mais informações, consulte a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia, bem como os [textos do acordo de princípio](#), publicados pela DG Trade.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião. Em [comunicado de imprensa](#), a BusinessEurope, chamando a atenção para a existência ainda de questões pendentes, espera que o acordo final venha a concretizar as expectativas no domínio das barreiras não-tarifárias.

Cimeira UE-Ucrânia, Kiev, 12 e 13 de julho

A Cimeira saudou a conclusão da ratificação do acordo de associação e a recente entrada em vigor da liberalização do regime de vistos para cidadãos ucranianos. O acordo entrará em vigor em 1 de setembro de 2017. Grande parte do acordo já está operacional. A zona de comércio livre abrangente e aprofundada tem sido aplicada a título provisório desde 1 de janeiro de 2016, tendo o comércio bilateral crescido durante este período e a UE reforçou a sua posição como principal parceiro da Ucrânia.

Para mais informações, consulte a [página do Conselho](#) dedicada à Cimeira e o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Acordo final sobre o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável

Em 28 de junho, o Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a acordo sobre uma proposta de regulamento relativo ao Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (FEDS). O FEDS é o principal instrumento de execução do Plano de Investimento Externo Europeu destinado a apoiar o investimento nos países africanos e da vizinhança europeia. O plano visa, acima de tudo, criar emprego e combater as causas profundas da migração. Contribuirá também para a aplicação do Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas (COP 21). O fundo foi concebido para mobilizar até 44 mil milhões de euros de investimentos, montante que poderá ser duplicado se os Estados-Membros e outros doadores disponibilizarem contributos correspondentes aos da UE. O FEDS funcionará como um "balcão único" destinado a receber propostas de financiamento de instituições financeiras e investidores públicos e privados e a fornecer um conjunto alargado de ajudas financeiras aos investimentos elegíveis. O fundo dará garantias e utilizará mecanismos mistos para incentivar o setor privado a investir em contextos mais arriscados, como os Estados frágeis ou as zonas afetadas por conflitos. O Parlamento e o Conselho serão agora convidados a adotar formalmente o regulamento, para que o fundo possa ser instituído o mais rapidamente possível. Consulte [comunicado de imprensa](#) do Conselho.

Informação bibliográfica

- [Fact Sheet sobre as negociações do Brexit](#), Comissão Europeia, 12 de julho
- [Relatório](#) sobre Barreiras ao Comércio e ao Investimento de 1 de janeiro 2016 a 31 de dezembro 2016, publicado em 23 de junho 2017 pela Comissão Europeia
- [“Non-paper”](#) sobre o Desenvolvimento Sustentável nos Acordos Comerciais com países terceiros, 13 de julho, Comissão Europeia

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>

